

# Pressa do PDS tumultua o Senado

**De repente, o governo mudou de idéia e ordenou às lideranças de seu partido que votassem até sexta-feira sua nova proposta de lei das inelegibilidades. Isso provocou tumultos na sessão de ontem da Comissão de Constituição e Justiça do Senado.**

Até o fim da noite de ontem, ninguém sabia ao certo ainda o que havia sido aprovado na Comissão de Justiça do Senado depois que foi posto em votação, pela manhã, o substitutivo do biônico Murilo Badaró (PDS-MG), tantos foram os tumultos e as versões registradas.

O substitutivo Badaró ao projeto governamental da lei das inelegibilidades permite que qualquer membro do PP ou PMDB impugne a incorporação do primeiro partido ao segundo e, também, que qualquer filiado possa deixar essas agremiações sem se tornar inelegível.

Até a última segunda-feira, o PDS e o governo pareciam não ter pressa de votar o assunto, contentando-se com sua aprovação no Senado ainda esta semana e deixando a votação da Câmara para março. O líder Cantídio Sampaio chegou a dispensar os deputados governistas que se haviam concentrado em Brasília no início do período de convocação extraordinária e pelo menos três deles estão no Exterior.

Repentinamente, o governo mudou de idéia e ordenou às lideranças de seu partido que votassem o projeto na Câmara e no Senado até sexta-feira. A pressa do PDS desencadeou o clima de radicalização política que dominou o Senado e tumultuou a sessão da Comissão de Constituição e Justiça.

Durante todo o dia ainda se discutia se na sessão matutina da comissão havia sido aprovado apenas o requerimento de urgência, apresentado pelo PDS, ou se também o parecer do relator — que é o biônico Badaró.

Na dúvida, e diante de tantas reviravoltas, o presidente do Senado, Jarbas Passarinho, resolveu convocar sessão extraordinária para as 10h da manhã de hoje, deixando todas essas questões para serem resolvidas pelo plenário. E o líder na Câmara, Cantídio Sampaio, passou a convocar todos seus liderados para estarem amanhã em Brasília.

## A sessão

O clima de exacerbação política surpreendeu a parlamentares de todos os partidos, já que a violência verbal não partiu apenas da oposição, mas foi usada também pelos governistas.

Logo no início da reunião, o senador Aloísio Chaves (PDS-PA), presidente da Comissão, pôs em votação requerimento da oposição contrário a que se votasse a urgência antes do exame da matéria. O PDS tinha sete senadores e a oposição outros sete. Chaves desempatou a votação, a favor da urgência ser apreciada logo em primeiro lugar.

E quis iniciar essa votação. Mas o senador Dirceu Cardoso (PMDB-ES) interpelou a presidência, dizendo que havia apresentado cinco requerimentos sobre o encaminhamento da votação e que o presidente, "abdicando de suas prerrogativas", pediu que ele entregasse os documentos ao relator Badaró. Aloísio Chaves negou, dizendo que havia encaminhado os requerimentos a Badaró por intermédio de um assessor e que eles já haviam retornado à Mesa.

Cardoso, muito exaltado, disse que Chaves estava "faltando com a verdade" e interpelou Badaró sobre o assunto. O biônico não disse sim nem não. Dirceu voltou ao ataque: "Engoliu e aprovou. Vossa Excelência não tem isenção para presidir os trabalhos". O presidente rebateu dizendo que ele estava perdendo tempo. E Dirceu: "Pior do que perder tempo é perder o mandato que os senhores estão tentando roubar nas urnas com esse projeto".

A certa altura, Cardoso ameaçou rasgar os requerimentos que havia apresentado à Mesa e foi avisado, aos gritos, pelo senador Nilo Coelho, líder do governo, que ele "não rasgaria nada". Dirceu insistiu e deu um soco na mesa de Nilo: "Podem me matar, mas eu rasgo". Nilo não esboçou qualquer reação e Cardoso acabou não rasgando nada.

Aloísio Chaves chegou a advertir a oposição de que "tudo tem um limite e não

permitiremos que esse limite seja ultrapassado". O líder do PMDB, Marcos Freire, retrucou que não aceitaria "intimidações".

Tentando readquirir o controle da situação, Aloísio deu a palavra ao senador Lázaro Barbosa (PMDB-GO). O tumulto estava generalizado, porém e enquanto Barbosa aguardava silêncio para falar, Aloísio Chaves, aos gritos, colocou a matéria

em votação e encerrou abruptamente a sessão, saindo apressadamente da sala, protegido pelo corpulento Líder Nilo Coelho, enquanto os oposicionistas gritavam em coro: "Fugiu, escafedeu-se", quebrando a tradição de austeridade na linguagem.

Aloísio Chaves foi efusivamente saudado, ao mesmo tempo, pelo senador José Sarney, presidente do PDS: "Muito bem, é isso aí". Os oposicionistas gritavam que a votação não havia sido efetivada e decidiram requerer cópia da gravação da reunião, para comprovar em plenário que não houve deliberação na Comissão.

O senador Itamar Franco (PMDB-MG) reteve o livro de atas e o de processo de votação que Aloísio Chaves, na pressa, esqueceu sobre a Mesa da presidência. Mais tarde, o senador Passarinho pediu a Itamar a imediata devolução dos documentos.

Enquanto os oposicionistas redigiam um documento condenando o fato, o senador Passarinho foi até o gabinete de Aloísio Chaves para ouvir sua versão. Mais calmo, o presidente da Comissão explicou que Dirceu Cardoso não pertence à Comissão, mas entrou nos debates de "maneira agitada e usando linguagem violenta", o que o forçou a encerrar a reunião sem examinar o mérito do projeto.

Mas garantiu que a urgência foi aprovada na forma regimental.

Depois do tumulto, o senador Tancredo Neves, presidente do PP, comentou que "o objetivo do PDS era aprovar o projeto de qualquer maneira e desmoralizar o Congresso". O senador Hugo Ramos (PDS-RJ), o único governista que permaneceu na sala, considerou o episódio "o prenúncio do fim".

## Falta de quórum

Antes mesmo que qualquer deliberação fosse tomada, o PDS tentou pôr em votação, na sessão ordinária da tarde, o substitutivo Badaró. Imediatamente, os quinze oposicionistas presentes se retiraram, deixando no plenário apenas seis senadores governistas — o que impossibilitou a abertura da sessão por falta de quórum (são necessários onze parlamentares para abrir os trabalhos).

Cerca de meia hora depois, o PDS conseguiu reunir 34 de seus 37 senadores em plenário — mas já era tarde demais. E o PDS preferiu não insistir, temendo que a sessão se prolongasse pela noite, quando muitos parlamentares governistas já tinham compromisso: um churrasco na Granja do Torto para comemorar a aprovação do pacote eleitoral.

Nos 30 minutos de tentativas, houve de tudo, não faltando momentos de humor, como o que ocorreu quando o senador Passos Porto, na direção dos trabalhos, declarou que "está suspensa a abertura" (da sessão). De sua poltrona, o senador Luiz Cavalcante (PDS-AL) gritou:

— Pelo amor de Deus, senhor presidente, não suspenda a abertura.

Do lado de fora, o senador Teotônio Vilela ironizou: "A abertura está suspensa desde o Riocentro e ele não sabe disso..."

Às 17h, o senador Passarinho teve uma reunião com os oposicionistas Marcos Freire, Paulo Brossard, Humberto Lucena e Henrique Santillo, do PMDB, e Evelásio Vieira e Tancredo Neves, do PP. Eles expuseram seu ponto de vista, segundo o qual não houve votação pela manhã, por ter sido ferido o regimento. As duas versões — a dos governistas e a dos oposicionistas — deverão ser examinadas hoje pelo plenário. "Como reza o ditado chinês — disse Passarinho — para cada fato há sempre três versões: a minha, a sua e a verdadeira".



Marcos Freire a Aloísio Chaves: "intimidação não".

Nos planos do Palácio do Planalto, o "distritão", as eleições em dois turnos, garantia de filiação a outro partido ao político que discordar da incorporação...